



### **O Tiro de Misericórdia no Licenciamento Ambiental**

*Proposta de Lei Geral destrói o principal instrumento de política ambiental do Brasil*

No Brasil de Bolsonaro e Salles, a boiada segue passando e reduzindo a proteção ambiental onde consegue colocar as patas. No caso do licenciamento ambiental, instrumento consolidado há mais de 30 anos no país, não bastava o sucateamento dos órgãos do executivo – era preciso apoio do legislativo para sacramentar em lei o desmonte desejado. Esse apoio finalmente veio com a mudança da presidência da Câmara dos Deputados e a entrega da relatoria do PL nº 3.729/2004 à bancada ruralista.

O novo relator, Dep. Federal Neri Geller (PP-MT), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, elaborou uma nova versão do texto do PL sem qualquer debate público com a sociedade. Esse texto, se aprovado, representará a certidão de óbito do licenciamento ambiental no Brasil.

O Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental vem sendo debatido há 17 anos no Congresso Nacional e já passou por diversas versões e relatorias na busca de um texto de consenso entre as diferentes partes interessadas no tema. A versão que o Presidente da Câmara Dep. Arthur Lira (PP-AL) pretende levar à votação nos próximos dias é uma das piores propostas já elaboradas nessa longa tramitação e mereceria o nome de “Lei de Destruição Geral do Licenciamento Ambiental”.

O projeto patrocinado pela Bancada Ruralista, e pelo que de mais atrasado há no desenvolvimentismo à sociedade brasileira, transforma o licenciamento com base em Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em mera exceção. O texto a ser votado é obcecado em estabelecer exceções e atalhos para o licenciamento ao invés de fortalecê-lo enquanto instrumento de promoção de sustentabilidade.

Entre dispensas de licenciamento para tipos de empreendimentos com lobbies poderosos no Congresso (são previstas 13 categorias dispensadas) e pérolas jurídicas como o auto licenciamento (disfarçado no eufemismo “adesão e compromisso”), o PL de Geller desmonta a já maltratada estrutura do licenciamento ambiental e abre a porteira para a boiada passar – e com ela novos desastres como Mariana e Brumadinho. É um cheque em branco para destruir.

A sinalização para os investidores preocupados com sustentabilidade é a pior possível. Se o PL for aprovado, a previsão é de aumento exponencial da judicialização dos processos de

licenciamento ambiental e a consolidação do Brasil como pária ambiental internacional. Enquanto o mundo se une no esforço global para enfrentamento da emergência climática e da perda da biodiversidade, a exemplo do que ocorreu na recente Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima 2021, o Brasil segue na contramão da história, ignorando as pressões internacionais e suas prováveis consequências econômicas, como o estabelecimento de barreiras aos produtos brasileiros nos mercados globais.

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental precisa ser uma lei moderna, que fortaleça o instrumento e promova o aprimoramento das práticas nas três esferas da federação – e não uma ferramenta para o desmonte da legislação ambiental e atendimento de interesses fisiológicos e atrasados de setores da nossa sociedade.

A ASCEMA NACIONAL exige a retirada imediata do Projeto de Lei da pauta de votação da Câmara dos Deputados e a reconstrução do diálogo, da transparência e da participação pública no desenho da Lei Geral do Licenciamento Ambiental que o Brasil precisa.